

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM
CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

MATRIZ CURRICULAR

DISCIPLINA: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO ENSINO

LINHA DE PESQUISA: Ensino de Ciências da Saúde e Ensino de Ciências do Meio Ambiente

ELETIVA

CARGA HORÁRIA: 30h

CRÉDITOS: 2

DOCENTE: Bruna Casiraghi e Ana Paula Cunha Pereira

EMENTA: Perspectiva crítica acerca dos conceitos Inclusão/exclusão. Inclusão em educação e os novos paradigmas. Perspectivas éticas da inclusão. Inclusão e Educação superior. Avaliação institucional e as políticas de inclusão. Laboratório de práticas inclusivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FRAUCHES, C.daC.; FAGUNDES, G.M.F. LDB Anotada e Comentada e reflexões sobre a educação superior. 3ª ed. Brasília: ILAPE, 2012.
MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer? 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
NEGRINI, T.; FREITAS, S.N. A identificação e a inclusão de alunos com características de altas habilidades/superdotação: discussões pertinentes. Revista "Educação Especial" n. 32, p. 273-284, 2008, Santa Maria Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em 12.06.2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. Rio de Janeiro: ABNT. 2004.
ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.deS. Superdotados: determinantes, educação e ajustamento. 2ª Ed. São Paulo: EPU, 2001.
BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



BRASIL. LEI 10.861, de 14/4/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

BRASIL. INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf. Acesso em: 29 de maio. 2013.

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

CALDERÓN, A.I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. In Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior. Ano 23, n. 34 (Abr. 2005). – Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2005.

